

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ**

CNPJ 23.453.830/0009-27

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		11.098.998	10.872.134	Circulante		4.187.329	3.597.524
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	3.025.959	2.229.921	Fornecedores	7	1.967.079	1.641.232
Contas a receber	1b e 4	6.546.840	7.370.009	Obrigações trabalhistas	2f e 8	1.686.689	1.478.944
Estoque		630.758	549.408	Obrigações sociais		244.957	239.804
Adiantamento a fornecedores		221.688	69.879	Obrigações fiscais		129.414	133.635
Outros créditos		663.180	645.204	Outras contas a pagar		159.190	103.909
Despesas antecipadas		10.573	7.713	Não-Circulante		115.000	-
Não Circulante		2.533.999	2.931.579	Provisão para contingência	10	115.000	-
Incorporação ao Patrimônio Social		1.871.018	5.488	Patrimônio Líquido		9.330.668	10.206.189
Imobilizado líquido	2c e 5	2.476.272	2.857.178	Patrimônio social		10.206.189	10.667.348
Intangível líquido	2d e 6	57.727	74.401	Ajuste exercício anterior		2.089	-
Total do Ativo		13.632.997	13.803.713	Déficit do exercício		(877.610)	(461.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$

Descrição	Patrimônio Social	Transferência	Superávit do exercício	Ajustes Exercício Anterior	Total
Em 31 de dezembro de 2015	8.796.330	-	1.876.506	-	10.667.348
Incorporação ao Patrimônio Social	1.871.018	5.488	(1.876.506)	-	(461.159)
Déficit do período	-	-	(461.159)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	10.667.348	-	(461.159)	-	10.206.189
Incorporação ao Patrimônio Social	(461.159)	-	461.159	-	-
Ajustes de exercício anterior	-	-	-	2.089	2.089
Déficit do período	-	-	(877.610)	-	(877.610)
Em 31 de dezembro de 2017	10.206.189	-	(877.610)	2.089	9.330.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$

Descrição	Nota	2017	2016
Receitas			
Serviços prestados pacientes SUS		34.176.000	34.176.000
Total		34.176.000	34.176.000
Despesas		(35.303.821)	(34.637.159)
Pessoal e encargos		(11.289.509)	(10.192.340)
Serviços de terceiros		(15.726.245)	(15.746.237)
Materiais e medicamentos		(4.212.836)	(4.654.742)
Impostos, taxas e contribuições		(9.716)	(13.765)
Depreciação/amortização		(429.843)	(417.496)
Despesa - renúncia fiscal	9	(3.792.576)	(3.548.754)
(-) Receita - renúncia fiscal	9	3.792.576	3.548.754
Provisão para contingência trabalhista	10	(115.000)	-
Despesas gerais		(3.591.705)	(3.750.910)
Despesas financeiras		(79.843)	(112.773)
Receitas financeiras		150.874	251.104
Resultado operacional		(1.127.821)	(461.159)
Outras receitas		250.211	-
Outras despesas		(250.211)	-
Déficit do exercício		(877.610)	(461.159)

as notas explicativas são parte integrante

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Evento	2017	2016
Fluxos das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(877.610)	(461.159)
Depreciação/amortizações	429.843	417.496
Ajuste saldo anterior	2.089	-
(=) Total do ajuste líquido	(445.678)	(43.663)
Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo		
Aumento/redução dos créditos-circulante	653.384	(1.367.369)
Aumento/redução de estoques	(81.350)	227.048
Aumento/redução de obrigações tributárias do exercício seguinte	(2.860)	(4.417)
Aumento / redução de fornecedores	325.847	(135.000)
Aumento / redução de obrigações trabalhistas	207.745	259.017
Aumento/redução de obrigações sociais	5.152	36.172
Aumento/redução de obrigações tributárias	(4.221)	20.202
Aumento / redução de outras obrigações	55.281	(44.388)
Aumento/redução passivo não-circulante	115.000	-
(=) Total das variações das contas de ativo e passivo	1.273.978	1.008.735
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	828.300	(1.052.398)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(32.262)	(35.501)
Aquisição de bens do intangível	-	(79.357)
(=) Variação do caixa e equivalente	796.038	(1.167.256)
Saldo existente no início do exercício	2.229.921	3.397.177
Saldo existente no final do exercício	3.025.959	2.229.921
(=) Resultado final de caixa (disponível)	796.038	(1.167.256)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) está localizado em Paragominas (PA), e faz parte da rede pública do estado. O hospital atende uma população de cerca de 900 mil pessoas da microrregião de Paragominas, composta por 23 municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia geral, traumatologia, ortopedia, neurologia/neurocirurgia, com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. b) **Contrato de Gestão:** O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) é administrado desde Maio de 2014 por meio de contrato de gestão pelo INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH 23.453.830/0001-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 67.916, publicado no DOU em 22/11/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969 e declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416. Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 por meio da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017. Protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018 pelo Ministério da Saúde. **2. Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, e as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade instituídas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, bem como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis são: a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:**

9. ISENÇÕES USUFRUÍDAS: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

	2017	2016
3. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixas	500	500
Banco conta movimento	209.424	17.883
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.816.035	2.211.538
Total	3.025.959	2.229.921
4. Contas a Receber: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretaria do Estado de Saúde do Pará - SESPA.		
Descrição	2017	2016
Contrato de gestão número 028/SESPA/2014	6.546.840	7.370.009
Total	6.546.840	7.370.009

	2017	2016
5. Imobilizado		
Apar./Inst. Cirúrgicos	10%	10%
Máquinas e Equip.	10%	10%
Equip. Informática	10%	10%
Instalações	10%	10%
Valor líquido contábil	2.618.196	128.256
Saldo inicial	2.618.196	128.256
Adições	-	1.629
Depreciação	(303.529)	(6.236)
Saldo Final	2.314.667	123.649
Em 31 de dezembro de 2017	2.314.667	123.649
Saldo inicial	3.950	1.339
Adições	(308.520)	(15.652)
Depreciação	2.010.097	109.336
Saldo Inicial	2.010.097	109.336

	2017	2016
6. Intangível		
Software	20%	20%
Valor líquido contábil	4.017	4.017
Saldo inicial 2016	4.017	4.017
Adições	79.356	79.356
Amortização	(8.972)	(8.972)
Saldo Final 2016	74.401	74.401
Em 31 de dezembro de 2017	74.401	74.401
Saldo inicial	74.401	74.401
Amortização	(16.674)	(16.674)
Saldo inicial 2017	57.727	57.727

	2017	2016
Descrição	2017	2016
Isenção das contribuições previdenciária	2.762.646	2.523.474
COFINS	1.029.930	1.025.280
Total	3.792.576	3.548.754
10. Provisões Para Contingências: O Instituto discute ações na esfera judicial e julga ser necessário o reconhecimento de provisões para contingências, conforme parecer dos assessores jurídicos. Estima-se o montante de 115.000 em ação trabalhista, cuja probabilidade de perda é provável. As ações com probabilidade de perda possível soma 17.515. As ações ficaram assim distribuídas.		
Contingências	Provável	Possível
	115.000	17.515

	2017	2016
7. Fornecedores		
Descrição	2017	2016
Materiais e medicamentos	567.065	333.201
Serviços	390.281	191.165
Serviços médicos	1.009.733	1.116.866
Total	1.967.079	1.641.232
8. Obrigações Trabalhistas		
Descrição	2017	2016
Obrigações trabalhistas	661.265	587.869
Provisão férias	949.722	817.522
Provisão PIS s/férias	-	8.173
Provisões FGTS s/férias	75.702	65.380
Total	1.686.689	1.478.944

Trabalhistas
11. Seguros: O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.
Paragominas (PA), 31 de dezembro de 2017.
Júlio César de Aguiar Garcia
Diretor Executivo
CPF: 098.430.598-08
Neimar Pereira Leão
Contadora
CRC CT - PA - 014637/O-4

continua

...continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ

CNPJ 23.453.830/0009-27

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará – Paragominas – PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes** – CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2; **Fabio de Farias Vieira** – Contador CRC 1SP 218.852/O-0 Auditor Independente – CNAI 2.452

Protocolo: 306629

ROMANCEIRO DA CABANAGEM
POESIA - JOSÉ ILDONE

Belém e o Imobiliário
Uma cidade entre contratos e contradições
Raul da Silva Ventura Neto

Cidade dos Sonoros e dos Cantores
Estudos sobre a era do rádio a partir da capital paraense
Antonio Maurício Costa

O MUNDO DA CRIANÇA
PARAGUANÁ ELERES

Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos
Davin de Alonwar Guzman & Lodewijk A.H.C. Hulsman

Edições Quae
4009-7817

BELEM - PA
15/03/2018